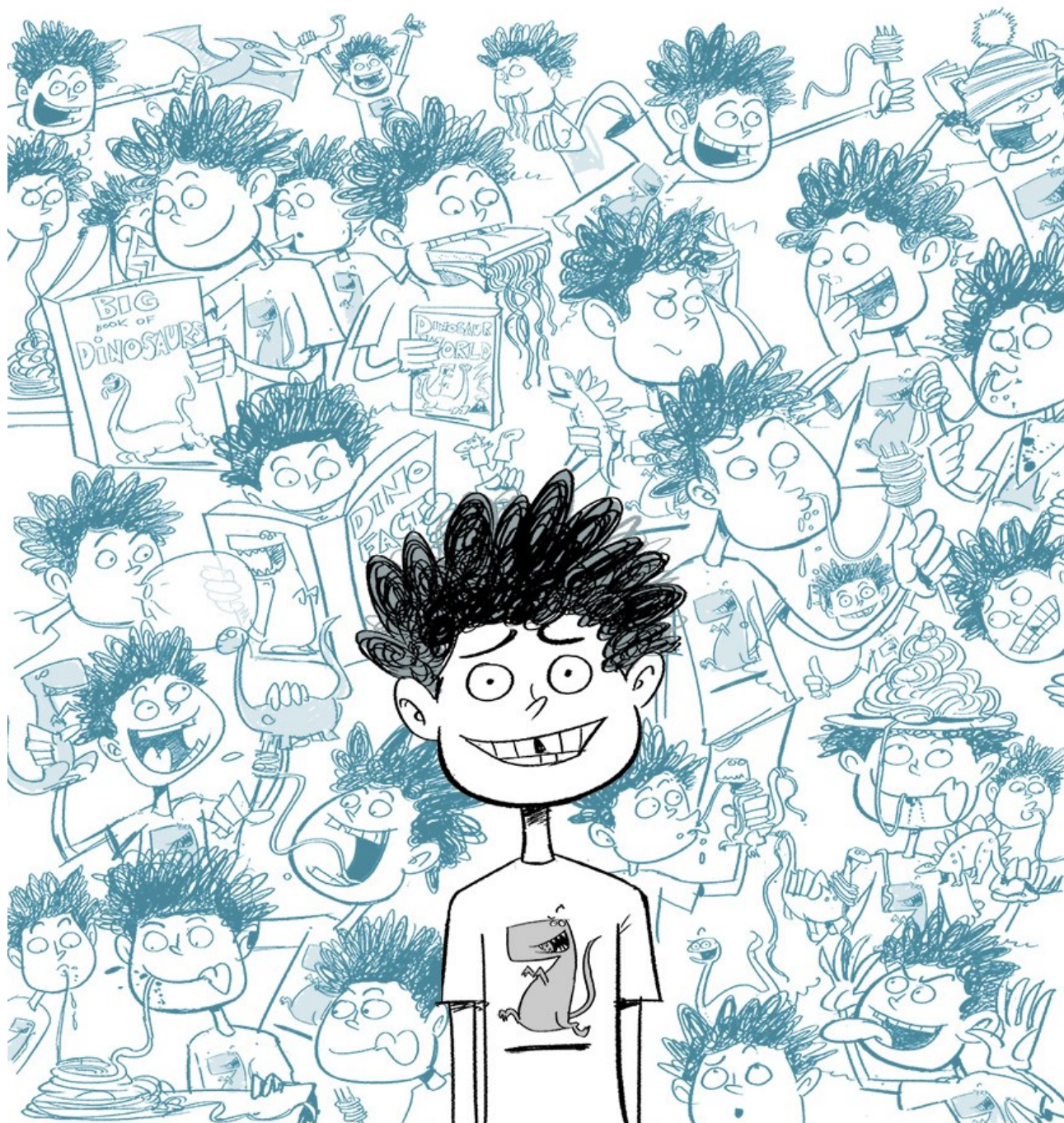


click

EDIÇÃO
ESPECIAL!
ABRIL
2024

Concurso Municipal de Leitura 2024

Agrupamento de Escolas
de Muralhas do Minho



Sumário

- 2 Conheces os teus direitos?
- 3 Escolas pelos Direitos da Criança
- 4 Como pode a escola promover os teus direitos?
- 5 “Tenho voto na matéria”
- 5 O que é ser cidadão?
- 6 Quais são os símbolos nacionais?
- 6 Sabes o que é uma revolução?
- 7 O que foi o 25 de Abril? E porque foi tão importante para Portugal?
- 8 *O Tesouro*
- 9 Os anos da ditadura
- 10 A Celeste dos cravos
- 11 *Crónicas Soltas de uma Guerra em África*
- 11 Crónica: A cegueira do Manuel Papelão
- 13 As mais caricatas proibições pré-25 de Abril
- 14 Dia da Liberdade
- 15 Passatempos
- 16 Alunos do Agrupamento na final do Concurso Municipal de Leitura



© Isabelle Follath

Conheces os teus direitos?

Hoje, em Portugal, as famílias, a sociedade e o governo preocupam-se muito com os mais novos, mas nem sempre foi assim.

Já houve meninos escravos em território português, mas podemos orgulhar-nos de o nosso país ter sido o primeiro da Europa a abolir a escravatura.

Dantes as crianças não eram obrigadas a ir à escola e muitas trabalhavam nos campos, passavam o dia em oficinas escuras, como aprendizes, e faziam trabalhos que prejudicavam a sua saúde.

Desde 1835 que existe, entre nós, educação básica gratuita para todos, mas a verdade é que, no passado, quem morava longe ou vivia com dificuldades raramente ia à escola.

Foi em 1989 que a Organização das Nações Unidas aprovou a **Convenção sobre os Direitos da Criança** e, no dia 1 de junho, celebra-se o Dia da Criança com festas, presentes e alegria.

Mas bem sabemos que continuam a existir, por este vasto mundo, garotos com fome, explorados, vítimas de maus-tratos, cujos direitos não são respeitados. Não vamos aceitar tal situação!

Todos devemos conhecer os direitos da criança. A **Convenção** tem 54 artigos e é importante que os mais velhos saibam que há regras que têm de cumprir e as crianças exigir que as respeitem.

Luísa Ducla Soares, *Os Direitos da Criança*

Imagens

Página 1: Steve May

Página 3: Maria Diaz Perera

Página 4: Fanny Liem

Página 5: Maribel Lechuga

Páginas 6 e 7: RTP Ensina

Página 9: Bernard Hoffman, 1940

Página 11: Mariline Rodrigues

Página 14: Sara Pimenta

Página 15: João Abel Manta

Escolas pelos Direitos da Criança



O **Programa Escolas pelos Direitos** é uma iniciativa da UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, dedicado à promoção e defesa dos direitos de todas as crianças no mundo. A UNICEF está presente em mais de 190 países e territórios, trabalhando para que todas as crianças tenham direito à sobrevivência, educação, cuidados de saúde, nutrição adequada, e acesso a água e proteção.

O que é uma escola pelos Direitos da Criança?

Uma escola pelos Direitos da Criança é uma escola onde aprendemos sobre o mundo e sobre os nossos direitos. É um lugar onde participamos nas decisões que afetam a nossa vida: temos o direito de dar a

nossa opinião e os adultos devem ter em conta o que dizemos. Podemos aprender a negociar, escolher, argumentar, desenvolver novas ideias e soluções e aceitar diferentes pontos de vista.

É um espaço onde estamos seguros e protegidos: valoriza-se a tolerância e o respeito por todos, e os adultos da nossa escola também aprendem mais sobre os Direitos da Criança para, em conjunto, melhorarmos a nossa comunidade.

Independentemente da tua cor, género, etnia, língua, religião ou opinião política, não podes ser alvo de discriminação. Não importa o país onde nasceste, se és rico ou pobre.

Como pode a escola promover os teus direitos?

No início do ano letivo, a escola sede realizou uma auscultação por questionário a alunos e professores com o propósito de conhecer a sua opinião sobre aspetos associados ao funcionamento da escola e a sua relação com os direitos da criança.

Os resultados dos questionários dirigidos aos **alunos** foram os seguintes:

- **84,5%** dos alunos conhecem e aprendem sobre os direitos da criança na escola;
- **27,2%** sentem-se capazes de explicar como a escola e a comunidade escolar podem promover os seus direitos, **47,4%** só por vezes seriam capazes de o fazer e **10,3%** não saberiam fazê-lo;
- **20,2%** afirmam não gostar de estar na escola, **18,8%** não se sentem seguros no espaço escolar e **9,9%** não sabem a quem pedir ajuda se se sentirem inseguros;
- **77,5%** afirmam que os adultos os tratam com respeito, **78,4%** consideram que são respeitados pelos colegas e **94,8%** dizem ter respeito por si e pelos outros;
- **65,7%** consideram que os professores se envolvem e ouvem o que os alunos têm para dizer sobre o seu processo de aprendizagem;
- **27,7%** sentem que não podem influenciar as decisões tomadas pela escola;
- **18,8%** sentem que a escola não está atenta às suas necessidades;
- **75,1%** gostam de ser como são e sentem-se bem.



SABIAS QUE...?

A **Assembleia de Turma** é composta por todos os alunos da turma e pelo respetivo diretor (DT). É o órgão deliberativo máximo da turma.

A composição da mesa da **Assembleia** é constituída pelo seu presidente, o DT, por um moderador e por um secretário, dois alunos eleitos em rotatividade.

A **Assembleia** deve reunir sempre que convocada pelo DT ou a requerimento de um grupo de alunos.

As atas devem constar no dossiê da turma.

“Tenho voto na matéria”

A tua vida é afetada diariamente pelas medidas tomadas pelos decisores políticos, a nível nacional e local, contudo nem sempre as tuas opiniões são ouvidas.

Tens direito a expressar os teus interesses e preocupações e de estes serem tidos em consideração pelos adultos.

Entre 23 de outubro e 11 de novembro de 2023, 11.834 crianças e jovens responderam ao questionário “Tenho voto na matéria”, da UNICEF Portugal. A saúde mental, a discriminação, a internet e as redes sociais são as principais preocupações das pessoas da tua geração para o seu bem-estar.

Os dados revelam que 71% afirmam que os adultos nunca ou raramente lhes perguntam a sua opinião.

O ambiente surge como uma prioridade, com 42% das crianças e jovens a indicarem o cuidado com o ambiente como o principal aspeto a melhorar nas suas comunidades.

É essencial que os adultos considerem devidamente as tuas opiniões e ajam em conformidade. O **Tenho Voto na Matéria** pre-



tende reforçar uma cultura de participação na sociedade portuguesa, envolvendo os cidadãos mais jovens em processos de decisão e co-construção de comunidades mais justas, equitativas, seguras e sustentáveis.

UNICEF Portugal

O que é ser cidadão?

Um cidadão é uma pessoa, que vive em sociedade, com outras pessoas, como tu.

Sabias que tens direitos e deveres?

A palavra “cidadão” vem do latim *civitas*, que significa cidade. Cidadão seria o habitante de uma cidade, mas não, é muito mais do que isso. Todos somos cidadãos, quer seja de uma aldeia, vila, cidade, como de um país, ou mesmo do mundo. Ser um cidadão dá-nos direitos, mas também deveres. A

esses direitos e deveres damos o nome de cidadania.

Todos os cidadãos têm direito à sua vida, a serem respeitados, à sua liberdade, bens e educação. Estes direitos servem para dar a cada cidadão uma vida digna. Mas têm também obrigações! Se todos fizéssemos o que

queríamos o mundo seria uma confusão.

Os cidadãos têm deveres como: respeitar a família e todos aqueles que os rodeiam, tratar bem toda a gente, cuidar dos sítios onde vivem. Todos os sítios onde vamos têm regras, seja a escola, o emprego ou mesmo os locais de diversão.

É o dever de um cidadão seguir essas regras, elas existem para que todos possam conviver em sociedade. Um bom cidadão não deve preocupar-se apenas com os seus direitos, deve fazer tudo para que os direitos dos outros também sejam respeitados.

Quais são os símbolos nacionais?

Os símbolos nacionais são a bandeira e o hino “A Portuguesa”, segundo a Constituição da República, e representam Portugal. Quando foram criados?

A bandeira, tal como a conhecemos, foi criada depois da implantação da República, em 1910, e tornou-se oficial no dia 30 de junho de 1911.

Várias pessoas idealizaram a bandeira: a cor verde significa esperança, a cor vermelha começou por ser associada à força de combate, das lutas, e só mais tarde é que passou a ser associada ao sangue e à ideia de vitória. As cinco quinas são os reis mouros que D. Afonso Henriques venceu na Batalha de Ourique. Os sete castelos representam as cidades que D. Afonso Henriques conquistou aos mouros e a esfera armilar, bem no

centro, simboliza as viagens dos navegadores na época dos Descobrimentos.

O hino nacional, conhecido como “A Portuguesa” foi criado em 1890 por causa do ultimato inglês, que exigia a saída dos portugueses dos territórios entre Angola e Moçambique. Mas só em 1911 é que foi adotado como hino nacional.

Os símbolos nacionais são muito importantes e devem ser respeitados. Representam o país, a História e a nossa identidade!



Sabes o que é uma revolução?

Uma revolução é uma mudança repentina no poder político ou na organização de uma sociedade que acontece, normalmente, num curto período de tempo. E acontece porquê?

Ao contrário das guerras, as revoluções ocorrem geralmente porque o povo de um país não está contente com aqueles que o governam e querem uma mudança.

Duas das maiores revoluções na Europa

foram a revolução francesa e para nós, o 25 de Abril de 1974, em Portugal.

A revolução francesa deu-se em 1789, onde uma população pobre, cheia de fome e cansada da desigualdade entre as pessoas

saiu à rua e ocupou Paris. Depois de muitas lutas, conseguiram derrubar o rei que vivia cheio de luxo, e assim conquistaram os seus objetivos: igualdade, justiça e fraternidade!

A revolução em Portugal foi muito diferente. O país vivia uma ditadura que durou 48 anos, um período que inclui o Estado Novo.

Nessa altura, os portugueses não podiam falar livremente e quem dizia mal do governo ia para a prisão. A maioria das pessoas era pobre e a escola só era obrigatória até ao quarto ano, muitos meninos começavam a trabalhar aos dez anos!

Tal como em França, também os portugueses se organizaram para derrubar o governo. A grande diferença entre as duas revoluções, foi que a portuguesa foi conseguida de uma forma pacífica. Os militares ficaram do lado do povo contra o governo.



O povo, em sinal de agradecimento, ofereceu-lhes flores, cravos vermelhos que foram colocados nos canos das armas. É por essa razão que o 25 de Abril ficou conhecido como a Revolução dos Cravos.

O que foi o 25 de Abril? E porque foi tão importante para Portugal?

Diz-se que o 25 de Abril foi uma revolução porque alterou a política do país. No entanto, não houve o nível de violência habitual das revoluções. O povo ofereceu cravos aos militares, que os colocaram nos canos das armas.

O golpe de Estado do 25 de Abril pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo. Enquanto na Europa outros países avançavam e progrediam em democracia, Portugal vivia numa ditadura que mantinha o país fechado a novas ideias.

A escolaridade obrigatória era de seis anos, mas muitas crianças só frequentavam a escola até ao 4.º ano. Isto quer dizer que co-

meçavam a trabalhar com apenas dez anos de idade. Já imaginaste? Era difícil continuar a estudar, porque a maioria das famílias era muito pobre.

Na escola, cantava-se o hino e, na sala de aula, havia um crucifixo e um retrato do presidente do Conselho de Ministros. A escola não tratava todos os alunos como iguais. Quando um aluno desobedecia ou tinha dificuldades em aprender, era colocado num canto, virado para a parede.

A violência física e psicológica era aceitável. Os professores podiam dar castigos severos aos alunos e bater-lhes com uma régua ou uma cana. Havia turmas de meninos e

turmas de meninas, que também estavam separados no recreio.

Os homens eram obrigados a ir à tropa, numa altura em que decorria a Guerra Colonial, e era a censura, conhecida como “lápiz azul”, que escolhia o que as pessoas liam, viam e ouviam nos jornais, na rádio e na televisão.

Os países estrangeiros que, no início, apoiavam a política de António de Oliveira Salazar, começaram a fazer pressão sobre Portugal. Em 1968, Marcello Caetano substituiu-o, mas o sistema político não mudou. Quem estava descontente não podia mostrá-lo abertamente.

A solução acabou por vir do lado de quem fazia a guerra: os militares. Cansados dos conflitos nas colónias portuguesas e da falta de liberdade, criaram o Movimento das Forças Armadas (MFA). Depois de um golpe

falhado a 16 de Março de 1974, o MFA decidiu avançar.

O major Otelo Saraiva de Carvalho elaborou o plano das operações militares e, na madrugada de 25 de abril de 1974, a operação tomou conta dos pontos mais importantes da cidade de Lisboa, em especial o aeroporto, a rádio e a televisão.

As forças do MFA, lideradas pelo capitão Salgueiro Maia, cercaram e tomaram o quartel do Carmo, onde se refugiara Marcello Caetano. Rapidamente, o golpe de estado militar foi bem recebido pela população portuguesa, que saiu à rua sem medo.

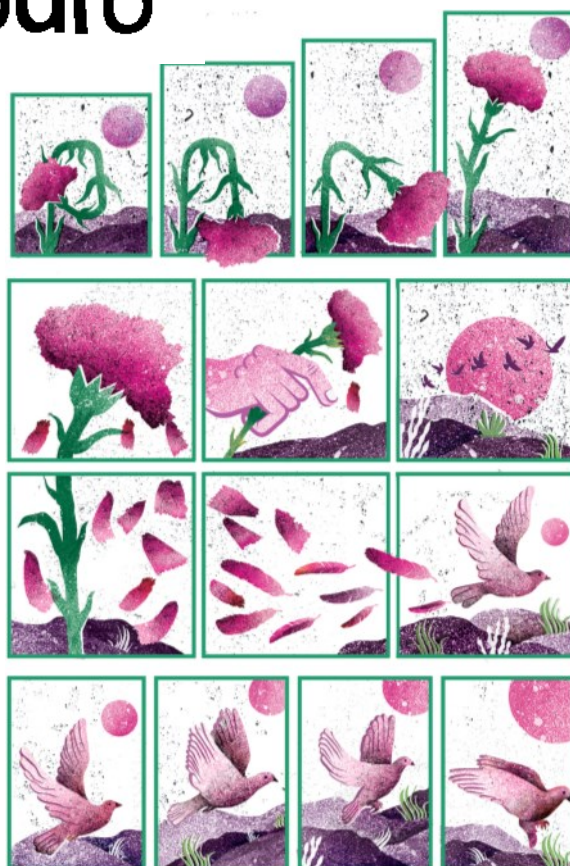
Depois de afastados todos os responsáveis pela ditadura em Portugal, o MFA libertou os presos políticos e acabou com a censura na imprensa. E assim começou um novo período da nossa história.

1.º Ciclo

O Tesouro

Era uma vez um país que ficou sem o seu maior tesouro. Era tão valioso que as pessoas sentiam a sua falta nas coisas mais simples, como falar à vontade ou ver os filmes, ouvir as músicas e ler os livros que queriam. Andaram anos e anos infelizes, com os olhos cheios de tristeza. Sentiam-se numa prisão e, na verdade, os polícias podiam prender, castigar e até matar. Mas um dia, uma revolução cheia de cravos vermelhos despertou o povo para a liberdade. Esta história aconteceu mesmo e, agora, o precioso tesouro também te pertence.

O Tesouro é um livro de Manuel António Pina sobre o 25 de Abril de 1974.



© Catarina Bico

Os anos da ditadura

Numa ditadura, os poderes do Estado estão concentrados numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que os exerce com autoridade absoluta.

Em 1928, António de Oliveira Salazar assumiu o cargo de ministro das Finanças do governo do presidente Óscar Carmona e afirmou-se gradualmente como o líder político da ditadura militar. Para o apoiar, foi criada a União Nacional, o único partido autorizado pelo Governo.

Em 1933, uma nova Constituição instituiu um novo regime em Portugal, o Estado Novo, que se orientava por princípios tradicionais, como a Igreja, a Pátria e a Família.

A nova Constituição manteve a Censura Prévia, que tinha por objetivo limitar a liberdade de expressão. Os jornais passaram a ser obrigados a enviar à Comissão da Censura quatro cópias de cada página. A publicação era proibida ou aprovada com cortes. O “lápiz azul” riscou notícias, fados, peças de teatro e livros, apagou anúncios publicitários, caricaturas e pinturas de parede.

Foi sobretudo a partir dos anos 1930 que os portugueses deixaram de ter liberdade para falar sobre o que se passava no país. Quem criticava o governo era perseguido, torturado e preso.

Em 1936, Salazar criou aquilo a que chamou organizações patrióticas: a Mocidade Portuguesa, destinada a crianças e jovens, e a Legião Portuguesa, uma espécie de exército que tinha por objetivo defender a nação.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve a neutralidade e exportou, para os países em guerra, grandes quantidades de volfrâmio e produtos agrícolas. O di-



neiro obtido foi depois usado na construção de infraestruturas: estradas, caminhos de ferro, pontes e barragens.

No entanto, o país, apesar de ter aumentado as suas reservas de ouro, enfrentava dificuldades e, na década de 1940, começou a faltar comida e houve greves e protestos nos campos agrícolas e nas fábricas. Muitos portugueses foram obrigados a emigrar.

Nem com as habituais campanhas de propaganda, o ditador conseguiu melhorar a sua imagem aos olhos do povo.

Por esta altura o cenário na Europa tinha mudado com a queda das grandes ditaduras europeias, como a italiana e a alemã. Em Portugal, os opositores ao regime formaram o Movimento de Unidade Democrática (MUD), mas Salazar ripostou, criando a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), perseguindo comunistas, republicanos, monárquicos e os socialistas do MUD.

A Celeste dos cravos

Celeste Caeiro foi a mulher que, sem saber que o fazia, definiu a revolução portuguesa que libertou o país da ditadura: a Revolução dos Cravos.

Celeste Martins Caeiro nasceu na Mouraria, Lisboa, a 2 de maio de 1933. Empregada de mesa e costureira, realizou, sem querer, a maior obra-de-arte contemporânea nacional: pintou Lisboa e o país de cravos vermelho vivo – e alguns brancos.

No 25 de abril de 1974, os cravos nos canos das espingardas dos soldados – são uma imagem que ficará para sempre associada à revolução. Durante alguns anos, o episódio atribuiu-se às floristas do Rossio, mas a verdadeira história é outra.

Tudo começou num restaurante chamado “Sir”, no edifício Franjinhas, na rua Braamcamp.

O dono tinha mandado comprar cravos para oferecer aos clientes no dia 25 para celebrar o primeiro aniversário do estabelecimento e estava no impasse entre ter que fechar por causa do golpe de Estado e ter que deixar as flores estragarem-se armazenadas.

Como era despachado, ofereceu um grande molho a cada empregado, entre os quais se encontrava Celeste, que regressou a casa, situada no Chiado, abraçada aos cravos. Percorreu a Avenida da Liberdade, atravessou o Rossio e subiu a rua do Carmo, entre uma multidão. Aí deparou-se com uma chaimite à esquina da rua Garrett. Ficou paralisada em frente a um soldado de G3, e perguntou-lhe:



— Para onde vão? O que vai acontecer?

— Vamos para o Carmo prender o Marcello [Caetano]. Já agora, a menina não tem aí um cigarrinho?

— Cigarro não, que não fumo. Mas posso oferecer-lhe um cravo, tenho muitos!

O resto da história é conhecido. O soldado enfiou o caule da flor no cano da espingarda. O camarada do lado também quis um e Celeste ofereceu-lhe outro. Por ela passaram mais soldados e ela dá um cravo a cada um. Quando os cravos se esgotaram, Celeste foi imitada no gesto por gente na rua que correu a comprá-los nas floristas, que, solidárias, os ofereceram.

Assim nasceu um quadro pintado a vermelho vivo – e algum branco – que perdurará para sempre na imagética da Revolução de Abril.

Fonte: Saraiva, N. (2022). Grandes Alfacinhas: a Celeste dos Cravos. *Mensagem de Lisboa*.

Crónicas Soltas de uma Guerra em África

Crónicas Soltas de uma Guerra em África é um livro da autoria de José Leal.

O livro aborda, numa perspetiva única e pessoal, episódios da guerra colonial que teve lugar nas antigas colónias portuguesas de Angola, Guiné e Moçambique, entre 1961 e 1974, opondo as tropas portuguesas aos movimentos de libertação daquelas províncias, hoje países independentes.

Portugal considerava aquelas terras parte integrante do território nacional, baseado em conceitos de nação pluricontinental e multirracial. Os movimentos de libertação lutavam pela autodeterminação e independência.

Durante os 13 anos de guerra, as tropas portuguesas registaram 8.290 mortos. As estatísticas apontam para cerca de 30.000

feridos, estimando-se em 300 mil o número de soldados portugueses a sofrerem ainda hoje de stresse de guerra.

O serviço militar era obrigatório e depois da ida às inspeções aos 18, 19 anos, os jovens portugueses eram incorporados, fazendo a recruta e especialidade durante seis meses. Após este tempo esperava-os dois anos num dos palcos de guerra.

Ainda hoje, passados tantos anos, não é fácil aos ex-combatentes falar nesse período.

Crónicas Soltas de uma Guerra em África presta homenagem aos muitos soldados que perderam a vida numa guerra inglória, mas também alertar os nossos jovens, para a necessidade de lutarem por todos os meios para a paz, um bem a salvaguardar a todo o custo.

A cegueira do Manuel Papelão

O Manuel Papelão era um jovem solteirão, perto dos 60 de idade e uma das figuras mais carismáticas do Aeródromo-Base 7.

Mecânico de helicópteros, tinha um gosto especial pelas comezainas, abusava da bebida como quase todos os elementos da Base, um subterfúgio arranjado para esquecer as mágoas, esquecer a saudade da família e dos amigos e tirar do pensamento as dificuldades que a qualquer momento podiam surgir.



O Manuel Papelão, que era Manuel de nome e Papelão de alcunha, era um tipo simpático quando estava com os copos. Quando o nível cervejeiro e vínico ainda não tinha atingido o ponto certo, era um gajo rezingão, rabugento, difícil de aturar, que causava problemas no convívio diário, problemas que não atingiam maiores proporções, porque o pessoal tinha em atenção a sua idade e desculpava-lhe muitas coisas.

Segundo aqueles que o conheciam há mais tempo, a alcunha derivava do facto de um dia ter ido para um baile de Carnaval em que havia um concurso de máscaras e ele ter ganho o primeiro prémio sem estar mascarado. É que naquele tempo, longe ainda das modernas tecnologias, as máscaras eram feitas de papelão. Esta é a história contada por alguns dos seus camaradas mais antigos e que o nosso Manel não desmentia, nem se chateava quando era pronunciada a alcunha.

O Zé esteve presente na grande maioria das farras do Manel Papelão. Aqueles almoços e jantares no Carraço, restaurante no cimo de um monte com o mesmo nome, eram o fim da picada.

O Manel Papelão era o rei do Carraço. Muitas litradas entravam por aquelas goelas abaixo. O pior era descer no final, até à estrada onde se encontrava o jeep. Os trambolhões e cambalhotas que o Ti Manel dava, se fossem feitos num campeonato de ginástica, pelo seu grau de dificuldade, davam de certeza direito a uma medalha de ouro.

Houve uma altura em que por influências exteriores, o Manuel Papelão e o Zé se zangaram.

Apesar da diferença de idades atingir quase as quatro décadas, eles eram bons amigos e não fazia sentido estarem de costas voltadas

durante muito tempo. Assim, passados aí três meses de olhares de esguelha, encontraram-se numa das habituais festarolas, comendo um leitão, assado na padaria da Base.

Como sempre acontecia, a festa durou até às tantas, o álcool já era muito e os dois acabaram por dar um grande abraço e fazer as pazes. É claro que, para comemorar, beberam-se mais uns litros de cerveja, que não estavam no orçamento do Manuel Papelão. Ficou completamente bêbado, quase sem se sustentar de pé e foi necessário ajudá-lo a ir para o quarto.

Os quartos eram de três camas e a do Manuel Papelão ficava ao fundo do lado direito, encostada à parede. Ao ver a cama, o nosso amigo deu um valente urro e deixou-se cair para trás, bateu com a cabeça na parede, fechou os olhos e começou aos gritos: — Ai Jesus que estou cego... estou cego... estou cego...

Como não parasse de gritar, o pessoal começou a ficar atrapalhado. Foi-se buscar água fresca, passou-se pela testa, mas o nosso amigo continuava com a mesma cantilena: “estou cego... estou cego...”

Começa a aparecer mais gente que tinha acordado com o barulho e logo se decide transportar o Manuel Papelão para a enfermaria.

Quando a ambulância já vinha a caminho, o Zé apercebe-se que o Ti Manel, desde que se sentara na cama, ainda não tinha aberto os olhos e atira-lhe:

— Abra os olhos, porra, como é que quer ver com eles fechados?

O Manuel Papelão, como que acordado de um pesadelo, abre os olhos e esboçando um sorriso de alívio e satisfação, diz:

— Já estou bom... já vejo... a água fez-me

bem...

É claro que o pessoal não se conteve. Rebolou-se pelo chão em estridentes gargalhadas, que acordaram todos os que ainda resistiam à barulheira das cinco da manhã.

Para acabar a noite, porque o dia já estava a nascer e também porque ao fim e ao cabo, todos se sentiam aliviados com o susto apa-

nhado, foram buscar uma garrafitina de *whisky* ao frigorífico e beberam até lhe ver o fundo.

Dez minutos debaixo do chuveiro para retemperar forças e iniciar mais um dia de trabalho, como sempre bastante cansativo.

Com o Manel Papelão a ver cada vez melhor...

3.º Ciclo e Secundário

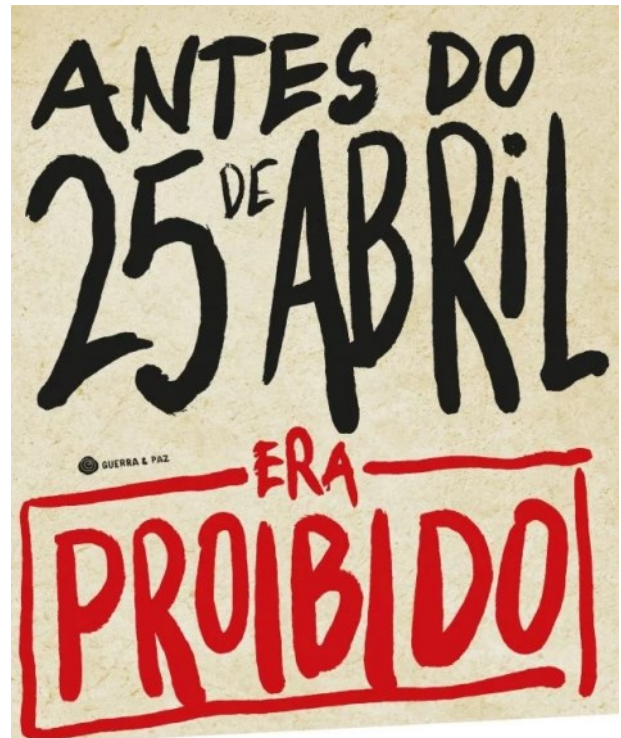
As mais caricatas proibições pré-25 de Abril

Era proibido é um livro da autoria de António Costa Santos.

Verão de 1973, praia de Santa Cruz. Um jovem de 16 anos foi detido pela Guarda Nacional Republicana 14 vezes num único mês. O crime? Beijar a namorada em plena rua. Considerado um atentado à moral, o beijo em público estava na lista das atividades proibidas antes do 25 de Abril.

A proibição de beber Coca-Cola remontava a 1927 e manteve-se por decisão de Salazar com a intenção de proteger a indústria do vinho, vigorando até 1977. A alteração, porém, não foi pacífica com a chegada da democracia e foi criticada pelos partidos de esquerda, que consideravam o refrigerante a “beberragem suja do imperialismo”.

Proteger a indústria de fósforos foi a justificação para outra imposição da ditadura. Só podia utilizar um isqueiro na via pública quem tivesse uma licença anual emitida pelas Finanças. Esta autorização não era transferível, ou seja, o detentor da licença não podia emprestar o isqueiro a um amigo, por exemplo.



O decreto-lei que proibia a utilização do isqueiro no exterior, em vez de afirmar que a sua utilização só era permitida no “interior das casas”, referia “debaixo de telha”, o que levou os jovens da época a andarem com um pedaço de telha no bolso das calças e a

cobrir o cigarro com ele, quando o acendiam na rua com um isqueiro.

Para casar com uma professora era necessário uma autorização especial, que deveria ser publicada no *Diário do Governo*, o antigo *Diário da República*. A preocupação do Estado Novo era assegurar que o futuro marido da docente ganhava mais do que ela ou tinha meios para a sustentar. A norma continuou em vigor depois do 25 de Abril, só foi

revogada com a promulgação da Constituição de 1976.

Para além das restrições mais caricatas à liberdade individual, algumas eram mais severas, como a censura de “certos tipos” de livros, discos e filmes, a proibição do divórcio e de uma mulher casada deixar o país sem a prévia autorização do marido – uma proibição que ainda hoje existe em certos países.

1.º Ciclo

Dia da Liberdade



O golpe militar de 25 de abril de 1974 pôs fim a quase cinquenta anos de ditadura, durante a qual houve muitas perseguições políticas. Havia censura ao que se escrevia em livros e jornais, e quem fosse contra o Governo corria o risco de ser preso ou deportado.

Para a Guiné, Angola e Moçambique partiam os nossos soldados e muitos por lá

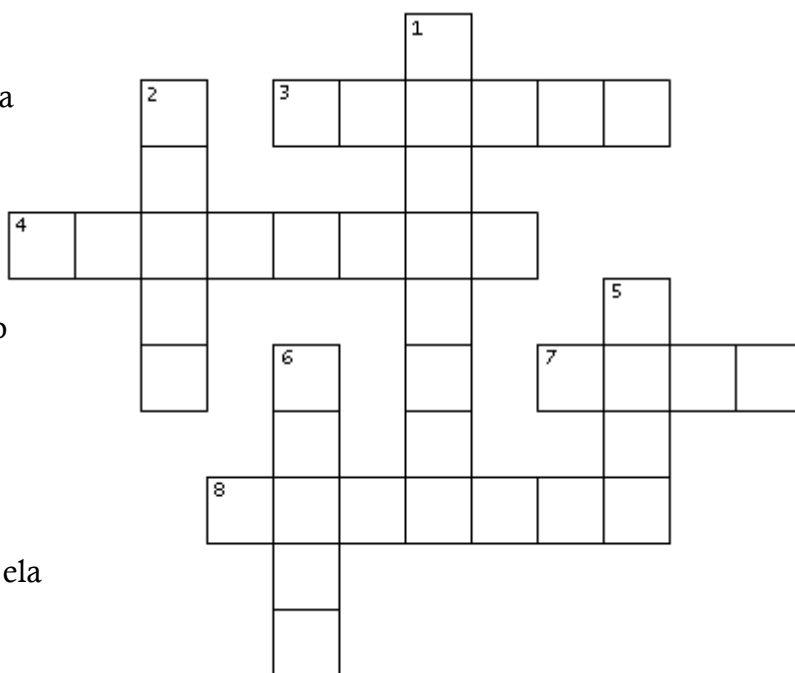
morriam, combatendo os movimentos de libertação dos territórios ultramarinos.

Foram jovens capitães, com a dolorosa experiência da Guerra Colonial, que se revoltaram e, sonhando com a paz e a liberdade, pegaram em armas. Não dispararam um único tiro e nos canos das suas espingardas o povo pôs cravos vermelhos e brancos. Por isso lhe chamam a **Revolução dos Cravos**.

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAL

- 3. Fundo das Nações Unidas para a Infância
- 4. Primeiro país europeu a abolir a escravatura
- 7. Um dos símbolo nacionais
- 8. O seu dia celebra-se a 1 de junho



VERTICAL

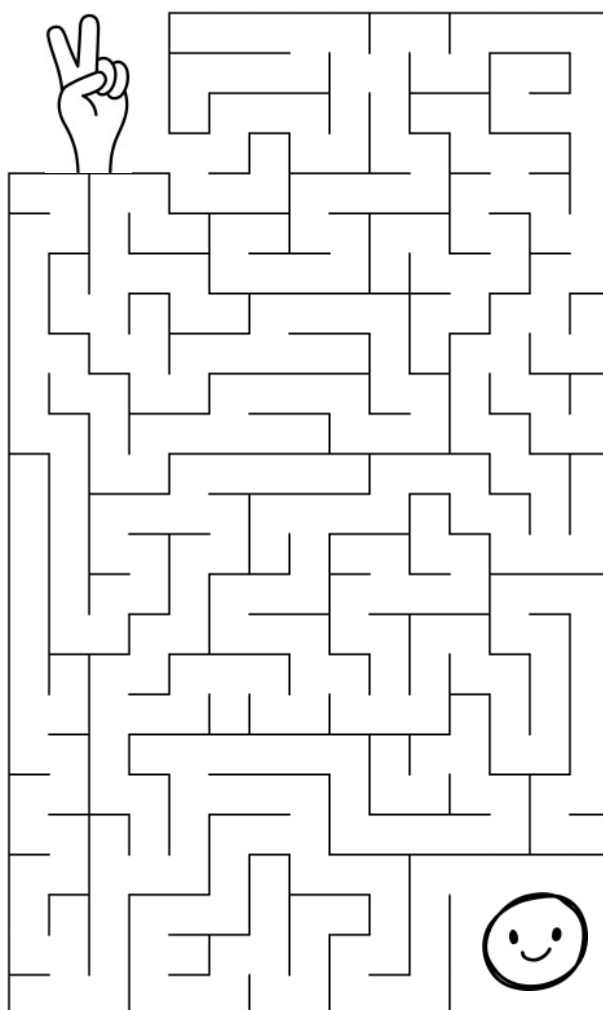
- 1. Sistema político
- 2. Cor que significa esperança
- 5. Todos os cidadãos têm direito a ela
- 6. Mês da Revolução dos Cravos

SOPA DE LETRAS

Cidadão	Educação	Liberdade
Convenção	Governo	Revolução
Democracia	Identidade	Segurança
Direitos	Igualdade	Sociedade

O ã ç u l o v e r u c a
 E o d q v o e o a i o j
 D ã x a i c j b d o c g
 A ç s e g u r a n ç a h
 D n g z e n d q o r m i
 L e c h f ã p ã e a v z
 A v l a o t ç n b i n o
 U n r s r a e s v c b n
 G o o e c c d k b a c s
 I c t u m g o v e r n o
 Y g d q d e r m q c u t
 P e d a b i t n e o v i
 L i b e r d a d e m r e
 V o e g a r b u v e l r
 M e d a d i t n e d i i
 E d a d e i c o s b a d

LABIRINTO



SABIAS QUE...?

- O Movimento das Forças Armadas era formado por um grupo de militares que se encontrava clandestinamente para encontrar uma forma de acabar com a ditadura.
- No mês de abril, os cravos eram abundantes por serem flores da época e baratos.
- No final do dia 25, junto à sede da PIDE, em Lisboa, os seus dirigentes dispararam contra a população. Desse evento resultaram quatro mortos.

Alunos do Agrupamento na final do Concurso Municipal de Leitura

A primeira fase do Concurso Municipal de Leitura realizou-se no dia 16 de fevereiro de 2024, na Biblioteca Municipal de Valença. Participaram 82 alunos de todos os níveis de ensino. Ficaram apurados para a fase final os seguintes concorrentes.

1.º Ciclo

Afonso Ribeiro Caldas, EB de Friestas
Marta Brito de Sousa, EB de Friestas
Bernardo Tomé Ferreira, EB de Valença
Lucas Cunha Gil, EB de Pedreira
João Mateus Cerqueira, EB de Pedreira

2.º Ciclo

Francisco Sousa, 6.º B
Dacil Rodrigues, 6.º B
Ana Leonor Dias Loureiro, 6.º A
Sónia Yevsyeyeva, 6.º B
Nádia Pires Coimbra, 6.º B

3.º Ciclo

Lara Pereira Vaz, 9.º E
Alexandra Pedreira Lopes, 9.º E
Clara Barbosa, 9.º E
Inês Gonçalves Lourenço, 8.º A
Leonor Freitas Ferreira, 8.º A

Ensino secundário

Marcos Guilherme Oliveira, 10.º A
Paulo Jorge Vale Cerqueira, 10.º A
Rodrigo José Marques do Paço, 10.º A
Andrea Carina Alonso Pereira, 10.º C
Iara Carvalho Ramos, 10.º C

A fase final realiza-se no dia 24 de abril de 2024, na Biblioteca Municipal de Valença.

